

Atuação do pedagogo em espaços não- formais: relato de experiência de estágio curricular em uma organização não governamental inclusiva**The work of the pedagogue in non-formal spaces: report of an experience of curricular internship in an inclusive non-governmental organization**

DOI: 10.34115/basrv3n4-013

Recebimento dos originais: 10/07/2019

Aceitação para publicação: 21/08/2019

Luiza Carla da Silva Soares

Licenciada em Pedagogia e Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela
Univeridade Federal da Bahia - UFBA
Email: luizza_soares@hotmail.com

RESUMO

Este relato de experiência foi resultado de um estágio curricular em grupo realizado no setor pedagógico da Lar Vida: Valorização Individual do Deficiente Anônimo localizada em Salvador (BA). A instituição mencionada é uma Organização Não Governamental (ONG) que atende sujeitos com as mais diversas deficiências, por isso foi ambiente propício para os autores deste trabalho observarem e refletirem tanto a importância do papel do pedagogo em espaços não formais quanto em como se dá o ato de educar em local de abrigamento inclusivo. No período do estágio, desenvolveu-se uma oficina de pintura com um grupo de jovens com autismo, devidamente registrada em filmagens. Em seguida, realizou-se levantamento bibliográfico, a fim de analisar os dados colhidos e alcançar os objetivos estabelecidos neste artigo. Buscou-se também considerar como se dá o ato de educar em rede de abrigamento, a qual atua cuidando e educando sujeitos que durante muito tempo tiveram seus direitos negados. Diante das situações vividas na instituição Lar Vida, foi possível ampliar a visão sobre o que seria o estágio, tal como concepções acerca do que seria Educação em sentido amplo, uma vez que nem todas as pessoas passarão pelo processo de escolarização convencional.

Palavras chave: Pedagogia. Estágio curricular. Espaço- não formal. Educação especial.

ABSTRACT

This experience report was the result of a group curricular internship in the pedagogical sector of Lar Vida: Individual Valuation of the Anonymous Disabled located in Salvador (BA). The mentioned institution is a Non-Governmental Organization (NGO) that attends people with the most diverse deficiencies, so it was a favorable environment for the authors of this work to observe and reflect both on the importance of the role of the pedagogue in non-formal spaces and how the the act of educating in an inclusive shelter place happens. During the internship period, a painting workshop was developed with a group of young people with autism, duly recorded on film. Then, a bibliographic survey was carried out to analyze the data collected and to achieve the objectives established in this article. It was also sought to consider how the act of educating in a shelter network, which acts by caring for and educating subjects that for a long time had their rights denied, takes place. In the face of the situations lived in the Lar Vida

institution, it was possible to broaden the vision about what would be the internship, such as conceptions about what would be Education in a broad sense, since not all people will go through the conventional schooling process.

Keywords: Pedagogy. Curricular internship. Non-formal space. Special Education.

1 INTRODUÇÃO

O curso de licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para o exercício da docência, serviços e apoio em espaços formais e não formais, nos quais sejam previstas e necessárias ações pedagógicas. Na medida em que o curso avança, para formação do licenciando em Pedagogia, faz-se necessário a realização de estágio, conforme previsto no currículo do curso, de modo a possibilitar experiências e vivências capazes de contribuir para a formação e a constituição da identidade profissional do estudante. Além disso, o estágio é uma excelente oportunidade para conhecer outros profissionais, fato que permite a troca de experiências e a possibilidade de ser fonte de enriquecimento profissional dos envolvidos interessados em se inserir no mundo do trabalho.

No caso deste relato de experiência, os licenciados participaram de um estágio realizado na Organização Não Governamental (ONG) Lar Vida - Valorização Individual do Deficiente Anônimo, mais especificamente no setor pedagógico da instituição, em Salvador (BA), entre os dias 06 até o dia 23 de março de 2018. Ele foi executado em grupos formados por 6 pessoas. Assim, as informações obtidas para a confecção deste relato foram levantadas através de prontuários médicos e observações durante o estágio, bem como a revisão bibliográfica dos seguintes referenciais teóricos: Gohn (2006), Pimenta e Lima (2005/2006), Izar (2011) e Buriolla (1999). Ademais, também contribuíram para este trabalho as vivências em grupo durante o componente Curricular EDC B95 - Prática de Estágio em Pedagogia III, cuja ementa prevê que

neste componente os estudantes podem se reunir em grupo para estagiar em espaços que trabalhem com as modalidades de ensino (Educação Especial, EAD, Educação profissional, etc.), bem como em espaços não formais de educação e ensino (Associações de bairro, ONGs, Igrejas, instituições de caridade ou que cuidam de crianças em situação de risco pessoal e social, departamentos ou setores de empresas na área de recrutamento, seleção e treinamento de recursos humanos), que desenvolvem atividades educativas extra-escolares. Os estagiários devem trabalhar com os professores, monitores, funcionários. Devem participar das oficinas e das outras atividades educativas. Podem até ajudar na elaboração de documentos, elaborar projetos, colaborar na gestão da instituição (FACED, 2012, p. 20).

Conforme a descrição acima, o Estágio 3, estabelecido no currículo do curso de Pedagogia, permite experienciar a ação do pedagogo em espaço não-formal, logo, em contextos em que não existem professores formados para educar. Nesses locais, o professor é o outro, e a educação é fruto das interações e das experiências coletivas. Contudo, na instituição na qual o estágio foi realizado, há uma pedagoga com especialização em neuropsicologia que atua como coordenadora pedagógica. Acerca dela, observou-se que a profissional fundamenta sua prática em um dos principais atributos da Educação não-formal: “ela não é organizada por séries/idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo [...] fundamentando-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns” (GOHN, 2006, p. 30). Dessa maneira, notou-se que a referida pedagoga detecta as necessidades educativas, desenvolve atividades na busca de melhorar a qualidade de vida dos residentes acolhidos, a fim de obter respostas educativas e de observar os progressos em seus desenvolvimentos, bem como os orienta sobre outros aspectos da socialização. Sobretudo, no cenário da instituição em questão, o uso de medicamentos é comum para os residentes, quando estes apresentam comorbidades, portanto, a profissional envolvida deve ser, como foi observado, sensível, perspicaz e imbuída de conhecimento para perceber os comportamentos que são decorrentes de ingestão excessiva ou da superdosagem de medicação e distingui-los dos que são característicos da deficiência que os residentes possuem.

Durante o período, foi possível notar o apoio integral para crianças, adolescentes e adultos com deficiência, os quais foram resgatados de alguma situação de abandono ou de maus tratos e encaminhados para a instituição. Isso foi muito positivo para a aprendizagem e formação dos estagiários, visto que na educação não-formal, as ações e os processos educativos ocorrem em “[...] territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais” e contextos “construídos de forma coletiva, tendo por objetivo proporcionar aos sujeitos, conhecimento e aprendizagem, conforme as necessidades que surgem” (GOHN, 2006, p. 29).

Dito isto, o presente relato objetiva promover uma reflexão sobre a importância do papel do pedagogo em espaços-não formais e em como se dá o ato de educar em rede de abrigo, a qual atua no cuidado de sujeitos que durante muito tempo tiveram seus direitos negados.

2 DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES NO ESTÁGIO

A Lar Vida abriga atualmente mais de 100 residentes, entre crianças, adolescentes e adultos, com idades que variam de 0 a 35 anos. Dentre eles, encontram-se pessoas com: deficiência auditiva e/ou visual; Síndrome de Down; hidrocefalia; portadores de paralisia

cerebral; deficiências múltiplas; psicóticos; e com graves deformidades de face. Assim, os moradores da instituição compõem uma enorme e atípica família, a qual convive e se respeita como tal.

Em vista da multiplicidade de pessoas que comporta, a ONG oferece vasta variedade de atividades pedagógicas em escola especial interna, que são integradas às atividades sociais mais amplas dentro da própria instituição em espaços diversos (como a brinquedoteca e a sala de informática). A instituição também busca integrar os espaços que possui com atividades terapêuticas, tais como: equoterapia; fisioterapia; piscina coberta e aquecida para hidroterapia e lazer; minicampo de futebol com gramado; parque infantil; e infraestrutura para horta hidropônica. Portanto, é possível afirmar que a Lar Vida tem o cuidado de se preocupar com a diversidade de seu corpo residente e em oferecer o melhor tratamento para ele, conforme a especificidade de cada parte integrante do qual é responsável. Dessa maneira, a multiplicidade também foi encontrada no período do estágio, uma vez que o espaço em que se realizou era tão amplo quanto as atividades pedagógicas ali presentes.

Consequentemente, é possível compreender a tamanha importância da inserção do pedagogo em espaços não-formais de aprendizagem, tal como da noção da utilização do espaço com viés pedagógico. Tendo em vista a diversidade de espaços que a Lar Vida dispõe, além das enormes demandas que possui, o contato de todos os estudantes que cursaram o componente curricular com a instituição, no período referido, propiciou que eles pudessem escolher em que setor desejariam estar imersos para criar oficinas e/ou participar de outras atividades educativas. Essas ações, então, proporcionaram ao estágio uma abordagem participativa, permitindo aos envolvidos ter a noção ampla das diversas ações pedagógicas possíveis e do extenso conhecimento das questões sociais ali presentes.

Separados em grupo de seis colegas, os licenciandos colegas da autora deste trabalho optaram pela realização de uma oficina de pintura no contraturno escolar, pois muitos abrigados frequentavam a escola regularmente. Além disso, adotou-se a pintura com uso de tintas naturais, pois o público-alvo era composto por adolescentes com Transtorno do Espectro Autista¹ (TEA)

1

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição geral e permanente de desordens complexas do desenvolvimento do cérebro. Essas desordens se caracterizam através dos comportamentos repetitivos, distúrbios de linguagem e dificuldade de se relacionar socialmente. Essas características não se apresentam de forma única nos sujeitos, podendo variar sua intensidade. “O Distúrbio do Espectro do Autismo (Autistic Spectrum Disorder – ASD) é um distúrbio do desenvolvimento que normalmente surge nos primeiros três anos de vida. [...] atinge a comunicação, a

e outras condições complexas (como cegueira, surdez ou deficiência intelectual), que poderiam apresentar reações indesejadas ao uso da tinta (não apenas reação alérgica, mas também a tentativa de ingestão, por exemplo).

No caso dos portadores de TEA, é preciso dizer que o transtorno pode se apresentar associada com outras condições, como síndrome de déficit de atenção, dislexia, dispraxia, hiperatividade ou outras doenças associadas, o que faz com que cada sujeito tenha características diferenciadas e não seja possível a padronização de características. Com base nisso, a escolha do que seria desenvolvido na oficina foi feita de maneira cautelosa para abraçar a todos. Não obstante, escolheu-se trabalhar com a oficina de pintura, pois “as Artes como linguagem é área de conhecimento, possibilita o desenvolvimento global do ser humano e a relação inter e intrapessoal, na busca da identidade e do exercício da cidadania” (BRASIL, 2002).

Ademais, a oficina ocorreu entre os dias 20 e 23 de março de 2018, nas dependências da instituição na qual os jovens com autismo residiam. Houve o apoio da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), através de doação de materiais para realização da atividade. O público alvo era composto por 8 adolescentes autistas, sendo 3 meninas e 5 meninos.

Inicialmente, a proposta do trabalho era criar uma horta. Contudo, nos contatos iniciais com os adolescentes com autismo, foi possível perceber que não seria possível realizar o que se havia pensado de início, o que levou todos os estagiários em questão a refletirem no que então poderia ser proposto. Através de observações e estabelecendo-se contato com a coordenadora pedagógica da instituição, a adoção pela oficina de pintura foi eleita e, felizmente, aprovada pela profissional, pois também acreditava que essa atividade seria efetivamente eficaz e prazerosa para os residentes autistas.

Como foi optado por desenvolver oficina de pintura com os autistas de grau severo, o estereótipo de deficiente agressivo que permeia o senso comum, precisava ser desconstruído durante aqueles dias. Essa condição tornou a experiência dos estagiários densa desde o começo, pois os questionamentos de como deveriam atuar eram inúmeros.

Por conta disso, o primeiro dia da oficina surpreendeu os licenciados. Uma vez divididos em grupos por estereotípias motoras e de linguagem, trabalhou-se com a seguinte divisão: a cada 3 adolescentes, havia 3 estudantes de pedagogia para acompanhá-los. No começo, pensou-

interação social, a imaginação e o comportamento”.(WILLIAMS; WRIGHT, 2008, p.3).

se que os autistas não iriam interagir de forma alguma, assim, a equipe buscou propiciar um ambiente sedutor para a participação de todos. Dessa maneira, o piso foi forrado com papel madeira e as tintas dispostas sobre ele, e, ao lado, o tecido para a pintura dos interessados. Não obstante, também se ofereceu a tinta diretamente para eles. Assim, foi possível notar a curiosidade dos residentes e o encantamento pela descoberta de sensações através do contato com as tintas e pelos diálogos estabelecidos com os estagiários. Contudo, ao longo da oficina, notou-se dificuldade em observar o desenvolvimento da oficina da maneira em que estava organizada, assim, optou-se por trabalhar com 2 autistas por dia, um de cada vez. Quanto este critério foi posto em prática, contou-se com a presença de todos os estagiários do grupo (6 pessoas).

A nova estratégia permitiu contato direto dos estagiários com cada jovem autista, o que desencadeou na oportunidade de refletir sobre o trabalho pedagógico nas escolas com autistas que possuem alguma deficiência. Além disso, a proximidade particular com cada residente ampliou a experiência dos estagiários, pois propiciou melhor qualidade no desenvolvimento das atividades. Acerca dos recursos didáticos utilizados na oficina, é preciso dizer que eles foram adotados visando critérios de adequação ao público alvo. Logo após o findar da oficina, houve a culminância do projeto, momento no qual foram expostas as pinturas realizadas pelos autistas para a diretora geral da instituição, a coordenadora pedagógica e os demais colegas.

Portanto, a todo instante foi possível refletir sobre o que um pedagogo poderia realizar no espaço em questão. Apesar de vários estudantes ali presentes já terem cursado os componentes curriculares “Educação especial” e “Educação do deficiente mental” (diga-se de passagem, o nome do componente curricular infelizmente ainda não foi reformulado), aquele período de prática e contato direto foi de novas descobertas e surpresas, como se os licenciados nunca tivessem estudado sobre o assunto. Assim, os momentos experienciais revelavam, cada vez mais, os desafios que o curso de Pedagogia enfrenta, tal como possivelmente outras licenciaturas, em trazer as vivências práticas juntamente com a teoria para a sala de aula na universidade, conforme problematizam Pimenta e Lima (2005/2006, p. 6):

os currículos de formação têm-se constituído em um aglomerado de disciplinas, isoladas entre si, sem qualquer explicitação de seus nexos com a realidade que lhes deu origem. Assim, sequer pode-se denominá-las de teorias, pois constituem apenas saberes disciplinares, em cursos de formação que, em geral, estão completamente desvinculados do campo de atuação profissional dos futuros formandos. Neles, as disciplinas do currículo assumem quase total autonomia em relação ao campo de atuação dos profissionais e, especialmente, ao significado social, cultural, humano da ação desse profissional.

Em vista do exposto, cabe uma reflexão sobre os currículos de formação dos futuros pedagogos e da importância de trazer o que é apresentado dentro da realidade fora das salas de aula. É importante também se pensar na interlocução entre os componentes curriculares e a realidade para além da vida acadêmica.

3 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ABRIGOS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história da educação inclusiva, por sua vez, revela como os deficientes eram vistos e em como o olhar assistencialista esteve permeando, por muito tempo, os cuidados com esses sujeitos, em detrimento dos aspectos pedagógicos. Diante do fato, em todo o percurso de imersão no estágio foi possível refletir sobre qual seria o papel do pedagogo em um espaço de abrigamento inclusivo, com sujeitos tão diversos e com necessidades tão peculiares. Consoante a este pensamento, Izar (2011) conduz essa questão e amplia as reflexões que dela derivam, ao afirmar que

o abrigo é um espaço de formação dúbio que tanto pode possibilitar aos acolhidos institucionalmente o desenvolvimento da submissão, da dependência e da insegurança como o da iniciativa, da responsabilidade, da criticidade e da autonomia. Um dos principais fatores determinantes para seus resultados é a práxis pedagógica destes espaços (IZAR, 2011, p. 128).

De fato, não se pode negar que o serviço prestado pela instituição é capaz de promover a dependência dos sujeitos, haja vista que muitos que viviam no lócus do estágio curricular possuem cognitivo preservado e, ainda assim, não trabalhavam ou estudavam. Concomitantemente, também seria possível destacar seis sujeitos com autismo severo que viviam na instituição e não possuíam condições de viver sem algum apoio. Dois deles, inclusive, estudavam, mas depois foram convidados a se retirar da escola e dar lugar para outros, por não apresentarem “avanços” naquele ambiente. Isso nos traz a realidade de como as escolas brasileiras não estão preparadas para receber esse público e, parte das vezes, suas famílias também não, visto a quantidade dos muitos que foram abandonados pelos pais e dos que sofriam maus tratos, abusos (assim, por consequência, os pais perderam o poder familiar). A legislação traz que é:

dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade

e opressão. (BRASIL, 1988, art. 227).

Sem os cuidados dos familiares, mas sob tutela do estado, esses sujeitos vivem em abrigos e instituições (no caso da visitada, os indivíduos recebem apoio integral). No entanto, muitos são os desafios enfrentados para superação do abandono e de preconceitos, essa provocação permeia o trabalho do pedagogo que atua em rede de abrigamento inclusivo e coloca em destaque a importância da práxis pedagógica adotada pelo profissional, pois:

ser abrigado [...] Significa lidar com as facetas do abandono e com a falta de referenciais. Significa defrontar-se com a ausência de uma filiação, de um lugar próprio onde o sujeito possa reconhecer-se numa história, no tempo e no espaço, podendo visualizar seu passado, identificar sua linhagem e posicionar-se na rede familiar que assegura seu posicionamento psicossocial primário. Significa deparar-se com a ausência da filiação primária, constituída na vivência afetiva, que designe à criança um lugar psicossocial sólido e seguro, um lugar que lhe assegure a possibilidade do desejo dentro dos parâmetros da lei, conectando-a assim com os outros e com a cultura de maneira geral (PARREIRA, JUSTO, 2005, p. 176).

Dessa maneira, tal questão possibilita refletir sobre a seriedade de tal temática ser abordada nas escolas de formação de futuros pedagogos, uma vez que é extremamente importante a realização de trabalhos de intervenção pedagógica em contextos diversos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do estágio em um espaço não-formal, o qual acolhe crianças, jovens e adultos com deficiência, permitiu constatar o tamanho da importância do pedagogo em espaços de abrigamento, tal como as dificuldades em trabalhar com autistas com alguma deficiência. O reconhecimento dessa realidade levou à necessidade dos estagiários de adotar uma nova abordagem de trabalho na oficina de pintura. Diante desse acontecimento, além das demais situações vividas na instituição Lar Vida, foi possível ampliar a visão sobre o que seria o estágio.

Conforme o que foi apresentado neste relato, constatou-se que o estágio é um elemento formador muito importante e necessário para composição de todos os futuros profissionais da área de educação, em especial, o pedagogo, uma vez que ele atua tanto em espaços formais como não-formais de educação. Embora essa duplicidade de possibilidades possa gerar uma crise de identidade profissional, o que os licenciados sentiram ao entrar em contato com um

espaço não-formal de educação possibilitou ampliar concepções do que seria educação e compreender que, enquanto prática social, o ato de educar pode ter diversos fins. Para além disso, o estágio se apresentou como um importante momento para construção e fortalecimento da identidade profissional docente, pois, “o estágio é o lócus onde a identidade profissional é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica [...]” (BURIOLLA, 1999, p. 10).

Dessa forma, foi possível perceber que de fato a identidade do profissional vai sendo construída através da prática, do exercício da reflexão sobre as vivências e os desafios encontrados. No caso do grupo em exercício, as questões foram diversificadas, dentre elas: “como educar um deficiente intelectual de grau severo?”; “por qual motivo não se vive essa experiência dentro do componente curricular específico para o trabalho com deficientes intelectuais?”; como estimular a independência e autonomia nas atividades de vida diária (AVDs)?”; “qual o melhor caminho para ensiná-los?” “o que seria um currículo funcional?”; e “será que as escolas que esses sujeitos estudavam tinham essas informações?”.

Assim, os licenciandos foram entendendo que nem todas as pessoas passarão pelo processo de escolarização convencional, concordando com BRANDÃO (1995), o qual defende que não existe educação, mas educações. No caso dos residentes que participaram da oficina, sujeitos autistas com deficiência intelectual, por exemplo, caso eles conseguissem tomar um copo de água sozinhos, já simbolizaria um grande avanço, situação essa que em contextos de inexistência de deficiência não representaria o mesmo. Por fim, percebeu-se que para trabalhar com esses sujeitos é necessário ter sensibilidade e perspicácia para perceber e distinguir um comportamento que é da deficiência de um advindo do excesso de medicação.

REFERÊNCIAS

BURIOLLA, M. A. **O Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2012.

_____. Constituição Federal, 1988. Acesso em: 28/04/2018 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRANDÃO. C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FACED. Projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em pedagogia da faculdade de

educação da UFBA. 2012. Acesso: 27/04/2018 em:
[https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/curriculo do curso de licenciatura em pedagogia.pdf](https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/curriculo_do_curso_de_licenciatura_em_pedagogia.pdf)

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 2006, vol. 4, n. 50.

IZAR, J. G. A práxis pedagógica em abrigos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PARREIRA, S. M. C. P.; JUSTO, J. S. A criança abrigada: Considerações acerca do sentido da filiação. Psicologia em Estudo, v. 2, n. 10, p. 175-180, 2005.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

WILLIAMS, C.; WRIGHT, B. **Convivendo com autismo e síndrome de Asperger: estratégias práticas para pais e profissionais**. São Paulo: M Books, 2008